EDITORIAL[1]

Aristides Monteiro [2]

Com grande satisfação disponibilizamos a 33ª edição do *Boletim Regional, Urbano e Ambiental* (Brua). Para esta edição de final do ano de 2024, a Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) se esforçou para trazer a público elementos técnicos abalizados para o debate sobre eventos climáticos extremos no país. O tema foi provocado pelo caos gerado pelas extensas e graves inundações ocorridas no fim de abril e início de maio deste ano no estado do Rio Grande do Sul.

Mais do que sobre os eventos climáticos *per se*, a discussão põe foco em como as políticas públicas podem responder a este tipo de desafio que, se imagina pela continuidade do aumento da temperatura global do planeta, será constante nos próximos anos e décadas.

No âmbito das políticas públicas colocam-se questões como a coordenação de ações e instrumentos para, de um lado, a prevenção dos eventos extremos e, de outro, para a mitigação dos danos quando o evento ocorre. Adicionalmente, a reflexão deve contribuir para a prefiguração de uma nova tipologia de atuação governamental que preze pela concertação federativa e pela rápida resposta para salvamento e ajuda de populações diretamente atingidas.

Para a Dirur, cujo foco de atuação primordial é o territorial, a reflexão sobre definição de prioridades públicas em situação de eventos naturais extremos se apresenta como oportunidade para o alinhamento de seus estudos técnicos e diagnósticos às necessidades governamentais para a tomada de decisão e subsequente ação de maneira qualificada em distintos horizontes de curto e médio prazos.

A realização deste número contou com o apoio e disponibilidade preciosos de especialistas da academia e instituições governamentais e patronais – Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Centro Universitário de Brasília (CEUB) e Universidade Católica de Brasília (UCB) – que gentilmente se prontificaram a colaborar conosco na realização de ensaios técnicos sobre a temática. Adicionalmente, como de praxe, pesquisadores da nossa diretoria trouxeram inestimáveis contribuições para a publicação não apenas no tema dos eventos climáticos, mas também em assuntos como financiamento federal do investimento privado e a plataforma de dados do investimento público federal, entre outros.

---

1. DOI: https://dx.doi.org/10.38116/brua33edit

2. Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dirur/Ipea).

Para este número, o texto de opinião foi escrito, a pedido, por Tomás Fiori e Mariana Pessoa, pesquisadores e analistas técnicos da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do estado Rio Grande do Sul, que nos abrilhantaram com sua experiência recente no trato do desastre nesta Unidade da Federação e apresentaram reflexão sobre a elaboração e manejo de dados em situação de premência temporal para uma resposta governamental em caráter emergencial.

A todos deixamos aqui nosso muito obrigado.

Boa leitura!